

Desafios para Moçambique: 2010 - 2045

Por: Bayano Valy

Em Março de 2010, o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) publicou o livro "Desafios para Moçambique", uma obra que aglutina várias opiniões e reflexões de académicos e intelectuais moçambicanos sobre, como o próprio título afirma, os desafios do país no ano corrente.

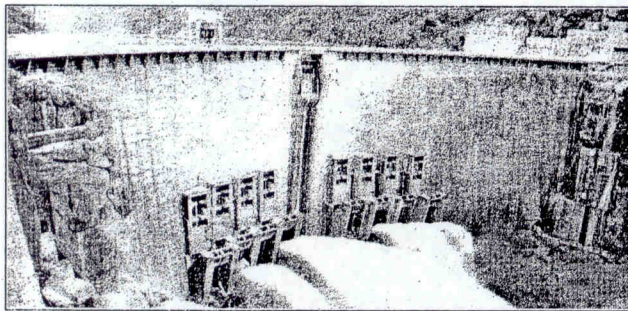
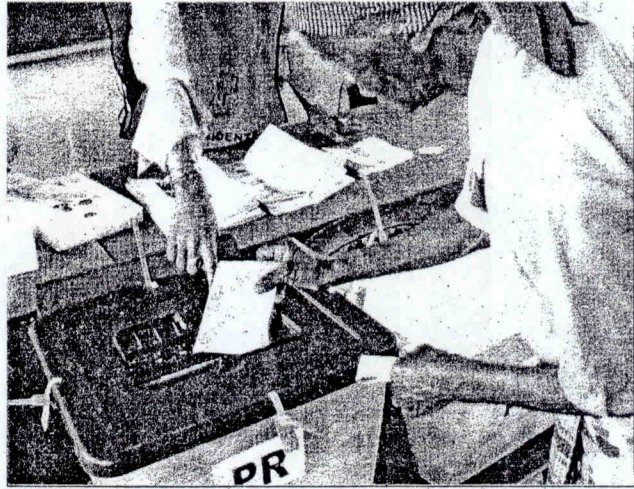
Sendo este o ano em que Moçambique comemora 35 anos de vida como nação independente, o livro reveste-se duma urgente importância na medida em que, apesar de centrar-se nos desafios para 2010, os artigos dos seus variados autores fazem uma resenha rápida da história política, económica e social do país desde 1975, e tenta oferecer possíveis avenidas que o país deve seguir rumo à independência económica.

Muitos podem não concordar com as reco-

mendações e conclusões, mas nem por isso o livro deixa de ser importante tanto para os fazedores de políticas como para os demais moçambicanos porquanto convida o país a um debate sobre si próprio.

Portanto, o que se segue são o que acho serem as principais conclusões do livro; é necessário dizer que afunilar 357 páginas em apenas duas não é tarefa fácil e agradável porque muito de importante acaba ficando de fora.

Contudo, importa referir que do nosso lado não se poupou esforços no sentido de se capturar o pensamento dos seus autores, o que não nos exime de responsabilidade sobre qualquer erro cometido na vã esperança de sumarizar o livro.



2. Economia

O desenvolvimento económico e social de Moçambique enfrenta vários desafios cruciais:

(a) Diversificação, articulação da produção, logística, comércio e finanças, e ampliação da base social e regional de acumulação e distribuição;

(b) Gestão e aproveitamento racional das dinâmicas e tendências de desenvolvimento do complexo mineral-energético e dos fluxos de ajuda externa;

(c) Construção da estabilidade macroeconómica de longo prazo, assente numa estru-

tura diversificada, competitiva e articulada de produção e comércio e independente da ajuda externa;

(d) A apropriação pelo Estado das rendas dos recursos e outras que permitam realizar as mudanças económicas, sociais e políticas, incluindo a direcção e amplitude dos centros de acumulação e padrões de distribuição; (e) alavancar o desenvolvimento rural;

(f) Bem como encontrar formas de financiamento da economia nacional que não incluam a crónica dependência da ajuda externa.

3. Sociedade (cidadania, educação e urbanização)

O capítulo sobre a sociedade destaca três desafios, nomeadamente o desafio da cidadania, educação e urbanização. Nos desafios da cidadania, uma grande ênfase é colocada sobre a reforma no sistema estatal da administração da justiça, sendo que cinco áreas que merecem atenção para o futuro são identificadas:

(a) A construção de um novo modelo de institucionalização dos tribunais comunitários, decorrente do reconhecimento do pluralismo jurídico;

(b) O estabelecimento de um novo modelo de organização e de repartição de competências dos tribunais judiciais;

(c) A criação de um sistema público de acesso à justiça e ao direito, em articulação com as instâncias de justiça não oficiais e em

cooperação com associações de profissionais do direito e de promoção e defesa dos direitos humanos;

(d) O reforço da capacidade de direcção e de gestão dos tribunais judiciais; e

(e) a criação de um sistema de controlo do funcionamento, da qualidade do sistema de justiça e da avaliação do desempenho dos tribunais.

Dos desafios da educação, destacam-se:

(a) O reconhecimento teórico e prático do Sistema Nacional de Educação (SNE) de que a fraca competência de leitura e escrita, manifestada em altas percentagens de alunos, tem relação directa com as metodologias adoptadas no processo do seu ensino e aprendizagem. O SNE deve equacionar adequa-

1. Política

O primeiro desafio centra-se na necessidade de se democratizar mais o país através de uma maior inclusão. De inclusão deve-se entender uma definição clara "de regras de jogo que permitam uma maior e mais efectiva representação dos interesses dos cidadãos em geral e, ao mesmo tempo, de diferentes grupos sociais com interesses específicos."

Portanto, essa inclusão não significa a partilha de poder, de postos públicos, ou acesso a vantagens e recursos pelas forças políticas da oposição.

O segundo desafio político prende-se com

mente os códigos de leitura e escrita pelas crianças e adultos, promovendo a adopção real de metodologias apropriadas na prática pedagógica das instituições educativas.

Neste âmbito importa garantir a capacitação relevante de professores e educadores de adultos assim como a promoção de processos eficazes de supervisão pedagógico-didáctica nas instituições educativas;

(b) A generalização da educação bilingue nas escolas e centros de alfabetização e educação de adultos que possibilite que crianças e adultos adquiram, com maior eficácia e eficiência, a competência da leitura e da escrita na sua língua materna e, desta forma, poder transferir essa competência à aprendizagem da língua portuguesa;

(c) Enquanto não se generaliza a educação bilingue, assegurar urgentemente que as escolas e centros de alfabetização e de educação de adultos sejam capazes de ensinar a ler e escrever adequadamente, recorrendo à metodologia do ensino da língua portuguesa que assuma que esta é uma segunda língua;

(d) O ensino da leitura e escrita deve decorrer numa ambiente que possibilite que crianças e adultos compreendam a sua importância e utilidade para o seu desenvolvimento e participação social;

(e) Repensar um novo modelo de gover-

a capacitação dos conselhos locais no âmbito do processo de descentralização administrativa e fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas, bem como reformas no funcionamento e valores das organizações da sociedade civil e a aquisição da parte destas de competências técnicas e conceptuais.

Os municípios devem aumentar a arrecadação de receitas e mobilizar outros recursos para fazer face aos investimentos em infra-estruturas de modo a possibilitarem o desenvolvimento urbano, este é o terceiro desafio.

nação que reconheça o poder transformativo da educação e sua interdependência com a sociedade, que utilize abordagens diferentes e mais integradas;

(f) Bem como a proposta e aprovação do ordenamento legal referente ao ensino superior e à investigação, num prazo de dois anos, que contemple a pré-avaliação das instituições do ensino superior e de investigação com a finalidade de mais tarde se penalizar e fazer-se o rankings das mesmas.

Dos desafios da habitação, depreende-se que esforços devem ser feitos no sentido de se:

(a) Garantir que haja um enquadramento legal das operações visando a habitação [1e];

(b) Garantir a segurança da ocupação dos lotes [solo/lugar];

(c) Garantir o enquadramento territorial no quadro dos horizontes de planificação estabelecidos para as diferentes localizações [integração urbana/territorial pela via do plano];

(d) Garantir serviços técnicos mínimos para uma vida salubre [infra-estrutura]; e

(e) Garantir os mecanismos financeiros e técnicos para a construção do lugar de abrigo e lar [casa e mecanismos da sua provisão pelas famílias].

4. Cooperação e Integração Internacional

Um dos maiores desafios do país é de fazer parcerias com países da região e as economias do futuro — os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) — de uma forma subtil e firme para desenvolver os interesses nacionais. Adicionalmente, terá que expandir a sua actividade onde tem vantagens competitivas explícitas.